

COMPREENDENDO AS PERCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

PERCEPCIONES PEDAGÓGICAS DE LAS PRÁCTICAS PROFESIONALES EN EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA EN EL CONTEXTO DEL CURSO TÉCNICO DE SEGURIDAD LABORAL

UNDERSTANDING THE PEDAGOGICAL PERCEPTIONS OF PROFESSIONAL PRACTICES IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE TECHNICAL COURSE IN WORK SAFETY

Koenigsberg Lee Ribeiro de Andrade Lima *
koenigsberglee@abreuelima.ifpe.edu.br

Ivanildo José de Melo Filho *
ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

RESUMO: Este artigo tem como propósito compreender as percepções pedagógicas das práticas profissionais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em cursos técnicos. O design metodológico foi constituído no desenvolvimento e aplicação de um questionário que objetivou compreender o modelo de prática profissional atual em seus campi, as dificuldades na realização e como os mesmos esperam de uma prática profissional sistematizada. Os participantes foram docentes pertencentes ao contexto do curso Técnico em Segurança do Trabalho que coordenam esses cursos. Os resultados da investigação evidenciaram uma diferença sobre a forma como os participantes, apesar de estarem na mesma instituição, percebem a relação entre teoria e prática por meio da prática profissional. Além disso, os resultados apontam que a adoção de uma metodologia sistematizada aplicada a essa área na condução das práticas profissionais mostram-se relevantes para a mitigar a evasão nesses cursos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Práticas Profissionais; Curso Técnico em Segurança do Trabalho; Percepções Pedagógicas

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo comprender las percepciones pedagógicas de las prácticas profesionales en "Educación Profesional y Tecnológica"

(EPT) em cursos técnicos. El diseño metodológico se constituyó en el desarrollo y la aplicación de un cuestionario que tenía como objetivo comprender el modelo actual de práctica profesional en sus campus, las dificultades para llevarlo a cabo y cómo esperan una práctica profesional sistemática. Los participantes eran profesores pertenecientes al contexto del curso de Técnico de Seguridad en el Lugar de Trabajo que coordina estos cursos. Los resultados de la investigación mostraron una diferencia en cómo los participantes, a pesar de estar en la misma institución, perciben la relación entre la teoría y la práctica a través de la práctica profesional. Además, los resultados indican que la adopción de una metodología sistematizada aplicada a esta área en la conducción de prácticas profesionales es relevante para mitigar el abandono en estos cursos.

Palabras-Clave: Educación Profesional y Tecnológica; Prácticas Profesionales; Curso Técnico en Seguridad Laboral; Percepciones Pedagógicas

ABSTRACT: This article aims to understand the pedagogical perceptions of professional practices in Professional and Technological Education (EPT) in technical courses. The methodological design was constituted in the development and application of a questionnaire that aimed to understand the current professional practice model on their campuses, the difficulties in carrying it out and how they expect a systematic professional practice. The participants were teachers belonging to the context of the Workplace Safety Technician course that coordinate these courses. The results of the investigation showed a difference on how the participants, despite being in the same institution, perceive the relationship between theory and practice through professional practice. In addition, the results indicate that the adoption of a systematized methodology applied to this area in the conduct of professional practices is relevant to mitigate dropout in these courses.

Keywords: Professional and Technological Education; Professional Practices; Technical Course in Workplace Safety; Pedagogical Perceptions

INTRODUÇÃO

A prática profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve sua discussão centralizada no Parecer CNE/CEB 16/1999 e Resolução CNE/CEB 04/1999, quando abriram as possibilidades de realização da prática profissional ao tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Mais à frente, a Resolução CNE/CEB nº 1/2005, atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Atualmente, as práticas profissionais são definidas pelo Parecer CNE/CEB 11/2012 que fundamentou a Resolução CNE/CEB 06/2012, estabelecendo as práticas que devem ser desenvolvidas ao longo do curso, bem como, as condições de sua realização:

A integração do conhecimento teórico com a prática profissional é um grande desafio presente no processo educacional, sobretudo na Educação

Profissional, pois a prática a constitui e organiza, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica (PARECER CNE/CEB 11/2012, p. 48).

Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio (RESOLUÇÃO CNE/CEB 06/2012, p.7).

A prática profissional na EPT, de modo geral, tem as características, critérios e possibilidades de realização definidos no Parecer CNE/CEB 11/2012 e na Resolução CNE/CEB 06/2012. Nessa perspectiva, esses documentos dividem a prática profissional em duas modalidades, sendo a primeira intrínseca ao currículo, ou seja, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem. A segunda modalidade, por sua vez, desenvolve-se em situação real de trabalho. A prática profissional em situação real de trabalho, será assumida como ato educativo da instituição, apenas quando previsto, sendo denominada como prática profissional supervisionada ou estágio profissional supervisionado.

Enquanto a prática profissional intrínseca ao currículo deve integrar as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, o estágio profissional supervisionado, obrigatório ou não, deve ter a carga horária adicionada ao mínimo previsto da habilitação profissional (PARECER CNE/CEB 11/2012). O mínimo previsto para habilitação profissional, bem como o perfil profissional de conclusão, é balizado pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que se encontra em sua terceira edição, atualizado por meio da Resolução CNE/CEB 01/2014.

Sobre as possibilidades de práticas profissionais, o Parecer CNE/CEB 11/2012 de forma mais abrangente fundamenta a Resolução CNE/CEB 06/2012, cujas semelhanças podem ser vistas no Quadro 1:

Quadro 1 – Possibilidades de Práticas Profissionais no Parecer CNE/CEB 11/2012 e Resolução CNE/CEB 06/2012.

ATIVIDADES	PARECER CNE/CEB 11/2012	RESOLUÇÃO CNE/CEB 06/2012
Experimentos.	X	X
Estudos de caso.	X	
Atividades específicas em ambientes especiais – laboratório, oficina, ateliê e outros; visitas técnicas.	X	X

Projetos de exercício profissional efetivo; Projetos de pesquisa e/ou intervenção – individuais e em equipe.	X	X
Investigação sobre atividades profissionais.	X	X
Conhecimento direto do mercado e das empresas.	X	
Empresas pedagógicas.		X
Simulações.	X	X
Estágios profissionais supervisionados, quando previsto e assumido intencionalmente pela escola.	X	X

Fonte: Os Autores.

Apesar das diversas possibilidades de práticas profissionais que podem ser desenvolvidas, Oliveira (2013) informa que sempre houve um predomínio do estágio sobre as demais atividades contempladas como práticas profissionais, possuindo inclusive regulamentação própria, a Lei 11.788/2008. Desse modo, se observa a percepção de que a prática profissional deve ser realizada prioritariamente por meio do estágio.

Nesse cenário, ao considerar que o ensino técnico subsequente, enfrenta uma situação de dualidade educacional imposta a seus estudantes (CIAVATTA E RAMOS, 2011). Com uma série de dificuldades, esses estudantes em maioria, estão na fase de conciliar estudos com trabalho, conforme informa Silva et al. (2013). Para Silva et al. (2013), Moraz (2015) e Andrade Lima e Melo Filho (2019) complementam que as influências externas ao curso, podem dificultar o percurso formativo até a permanência e êxito, prejudicando a realização das atividades propostas pelo curso. Desse modo, é importante identificar nas percepções dos atores escolares os aspectos que envolvem a prática profissional, no sentido de refletir sobre possibilidades que permitam uma maior fluidez a essa modalidade de ensino.

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) desenvolvido na instituição associada Instituto Federal de Pernambuco – Campus Olinda e tem como objetivo compreender as percepções pedagógicas das práticas profissionais na educação profissional e tecnológica no contexto do curso técnico em segurança do trabalho. Identificando essas percepções do ponto de vista dos coordenadores de curso sobre o modelo de prática profissional atual em seus campi, principais dificuldades na realização da mesma e o que eles esperam de uma prática profissional sistematizada.

Este artigo está organizado da seguinte forma: é apresentado o design metodológico aplicado baseado na formulação de 11 perguntas relacionadas às práticas profissionais na EPT. Na sequência é evidenciado os resultados

coletados e suas respectivas discussões e reflexões. Por fim, é apresentada as considerações finais da investigação.

DESIGN METODOLÓGICO

Seguindo as orientações de Gil (2002) e Markoni e Lakatos (2003), o design metodológico desta investigação foi constituído pelo desenvolvimento e aplicação de um questionário compostos por 10 (dez) perguntas fechadas e 01 (uma) aberta elaboradas no *Google Forms*.

O contexto investigado foi no Instituto Federal de Pernambuco e os participantes foram 04 (quatro), sendo 02 (dois) homens e 02 (duas) mulheres, todos docentes do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, dos campi Abreu e Lima, Caruaru, Ipojuca e Recife da instituição, que exercem a função de coordenadores durante a aplicação. Todas as questões foram analisadas por meio da comparação da frequência de resultados, em alguns casos representadas graficamente.

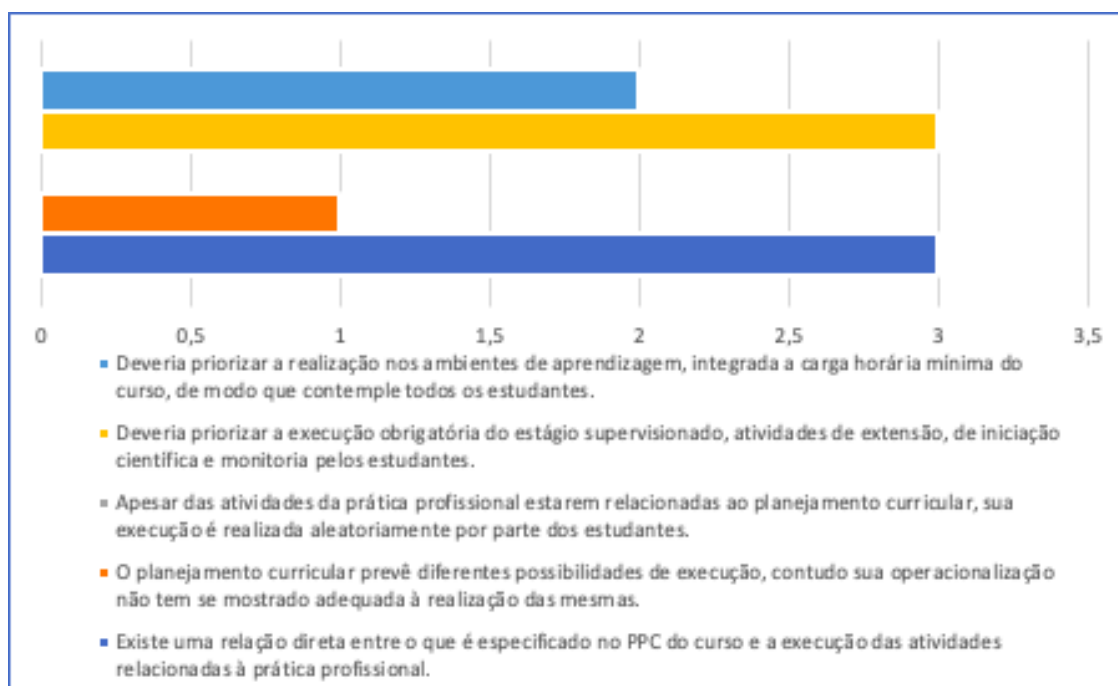
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As 03 (três) primeiras perguntas tiveram o intuito de obter informações sobre a formação inicial dos coordenadores, o tempo de experiência docente e o tempo que estão na coordenação do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

Foi identificado que os coordenadores participantes possuem o bacharelado como formação inicial de graduação. Quanto ao tempo de experiência docente, identificou-se que todos os respondentes possuem mais de 05 (cinco) anos de experiência, sendo um deles, com tempo de docência superior a 10 anos. Em relação ao tempo de experiência que os participantes possuem na coordenação do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, as respostas evidenciaram o tempo de experiência diverso. Metade dos participantes possuem menos de 02 (dois) anos de experiência na coordenação. Por outro lado, a outra metade possui experiência na coordenação do curso situando entre 02 (dois) e 09 (nove) anos de atuação.

Na sequência, na quarta pergunta, o instrumento buscou compreender a percepção da prática profissional em relação ao planejamento curricular do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho. As respostas das suas seleções são apresentadas no Gráfico 1. Para isso, foi solicitado aos participantes que selecionassem até 03 (três) alternativas das 05 (cinco) apresentadas.

Gráfico 1 – Percepção da Prática Profissional no Planejamento Curricular.



Fonte: Os Autores.

Observa-se no Gráfico 1, que existe uma predominância na percepção dos participantes de que a prática profissional deveria ser realizada por meio do estágio supervisionado obrigatório ou atividades equiparadas ao mesmo, como extensão, iniciação científica e monitoria. Esta afirmação, demonstra sintonia com o que foi visto nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) analisados na pesquisa documental deste trabalho, no que se refere aos PPC dos campi Abreu e Lima, Caruaru, Ipojuca e Recife. Além de confirmar as informações de Oliveira (2013) quando ressalta que o conceito de prática profissional tem seu sentido construído quase que exclusivamente a partir da concepção do estágio.

Outro fator que foi motivo da maioria das respostas dos participantes, foi a percepção de que existe uma relação direta entre o que é especificado no PPC do curso e a execução das atividades relacionadas à prática profissional. Demonstrando que a maior parte dos participantes entendem que as práticas profissionais especificadas no PPC correspondem a operacionalização prática. Todavia, um dos participantes indicou que percebe dificuldades na operacionalização das possibilidades de realização das práticas profissionais previstas no planejamento curricular, apontando que pode haver dificuldades na realização das práticas profissionais previstas no PPC.

Além disso, 02 (dois) participantes indicaram que a prática profissional deveria ser desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, na carga horária mínima do curso, sendo esta, uma possibilidade prevista no Parecer CNE/CEB

11/2012 e na Resolução CNE/CEB 06/2012, bem como nos documentos institucionais. Dos participantes que optaram por essa alternativa, um possui entre 05 (cinco) e 09 (nove) anos na coordenação do curso. No entanto, esse participante também selecionou a opção referente à execução obrigatória do estágio supervisionado, atividades de extensão, iniciação científica e monitoria, denotando que considera importantes ambas alternativas. O outro participante marcou exclusivamente a alternativa referente a priorização das atividades nos ambientes de aprendizagem. Esse participante possui entre 02 (dois) e 04 (quatro) anos na coordenação do curso.

Contudo, quando se observa as respostas do questionário em totalidade, percebe-se que um dos participantes que possui menos de 02 (dois) anos à frente da coordenação do curso, sugeriu na questão aberta, além do estágio, a necessidade de participação em projetos e programas de pesquisa, nas atividades de extensão e monitoria, como prática profissional. Diferentemente, do outro participante com menos de 02 (dois) anos na coordenação do curso, que sugeriu exclusivamente a realização do estágio. Esse aspecto sinaliza que dos quatro participantes, três mostram-se sensíveis a necessidade de mudanças. Demonstrando percepções alinhadas as possibilidades permitidas pelo Parecer CNE/CEB 11/2012 e pela Resolução CNE/CEB 06/2012, sobre as práticas profissionais que podem ser desenvolvidas nos ambientes de aprendizagem, de forma intrínseca ao currículo. Apresentando em suas percepções, a necessidade de um modelo de prática profissional que viabilize uma maior fluidez ao curso.

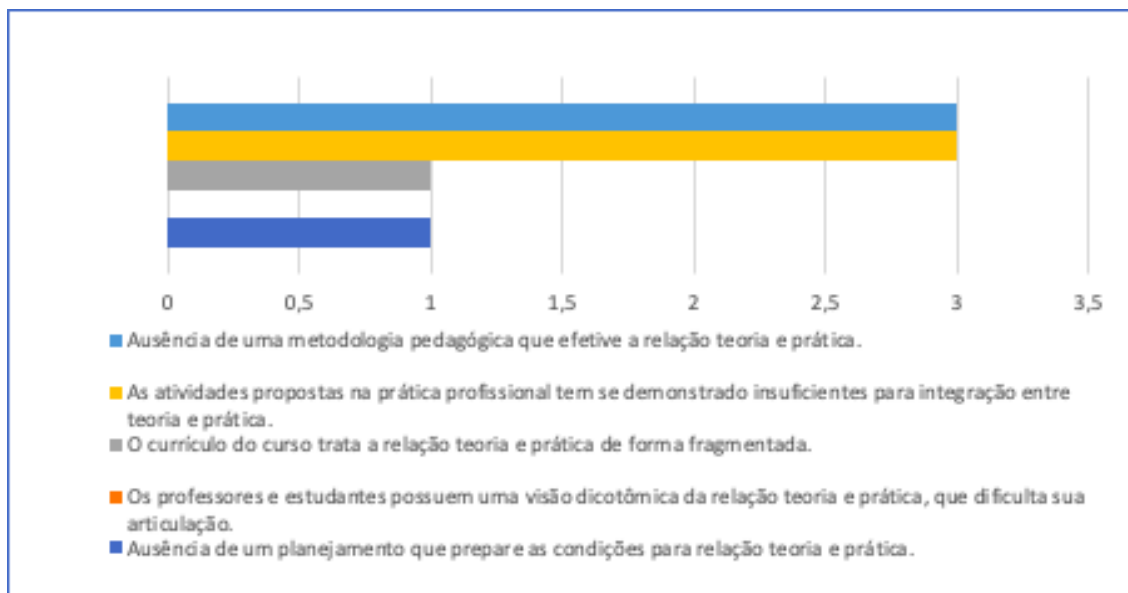
A quinta pergunta objetivou identificar se os participantes consideram a prática profissional constituída no PPC do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, nos respectivos campi, favorável a integração entre a teoria e a prática. Metade dos participantes consideraram que a prática profissional constituída no PPC de seus campi é favorável a integração entre teoria e prática e a outra metade consideraram que a mesma favorece parcialmente. Considerando que nos PPCs dos campi investigados, não existem diferenças significativas relacionadas às possibilidades de sua execução, denota uma diferença sobre a forma que os participantes percebem a relação teoria e prática.

Nesse caso, não foi possível perceber relação entre as afirmações dos participantes com o período na coordenação do curso, pois ocorre uma variação nas respostas. Entre os participantes que responderam considerar a prática profissional favorável a integração entre teoria e prática em seus campi, um dos participantes atua na coordenação entre 04 (quatro) e 05 (cinco) anos e o outro há menos de 02 (dois) anos. Observando os participantes que consideram que essa integração é parcial, um possui entre 02 (dois) e 04 (quatro) anos de experiência e o outro menos de dois anos. A ausência de consenso identificado nas percepções dos participantes, em relação a

integração entre teoria e prática pode ser reforçada pelos fatores identificados por Escobar (2016), Ritter (2015) e Santos, (2017). Os autores em seus estudos encontraram contradições na relação teoria e prática na educação profissional. Essas ocorrem desde os conflitos em relação a percepção dessa integração, bem como desvios na construção de currículos, podendo, portanto, resultar na falta de equilíbrio entre as abordagens teóricas e práticas.

A sexta pergunta teve o objetivo de captar entre os participantes, os elementos que podem influenciar negativamente na articulação entre teoria e prática do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, nos respectivos campi, a partir da seleção de até três alternativas. As respostas podem ser observadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Influências Negativas na Relação entre Teoria e Prática.



Fonte: Os Autores.

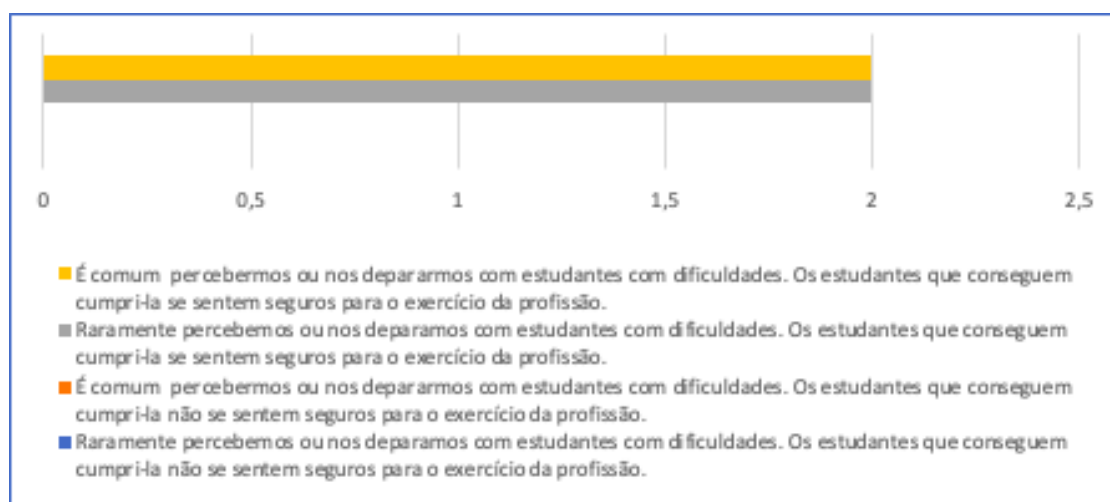
A maioria das respostas evidenciadas no Gráfico 2, aponta como elementos que influenciam negativamente na articulação entre teoria e prática, a ausência de uma metodologia pedagógica que efetive essa articulação e que as atividades atualmente propostas não têm se demonstrado suficientes para integração entre teoria e prática.

Esse cenário converge com Lopes et al. (2015) quando informaram que os princípios norteadores para a educação profissional técnica de nível médio direcionam para a relação teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem e que estratégias tradicionais não atendem essa demanda. Outro ponto evidenciado nas respostas, é que o currículo do curso trata a relação entre teoria e prática de forma fragmentada. Isso pode estar relacionado ao que aponta Lopes (2006), quando menciona a mistura de

concepções que envolve os documentos curriculares nacionais, percorrendo conceitualmente o construtivismo e perspectivas instrumentais de currículo. Além disso, foi apontada a ausência de um planejamento que prepare as condições para relação entre teoria e prática. Inclusive, para Sacristán (2000), o planejamento da prática não deve apenas visar atingir os objetivos e conteúdo do currículo, mas preparar as condições de seu desenvolvimento, e, portanto, garantindo sua efetivação.

Na sétima pergunta, os participantes foram questionados se em algum momento se depararam ou perceberam estudantes que tiveram dificuldades em cumprir a carga horária da prática profissional. As respostas são evidenciadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Dificuldades dos Estudantes em Cumprir a Carga horária da Prática Profissional.



Fonte: Os Autores.

Observa-se no Gráfico 3 que 02 (dois) participantes afirmam ser comum perceber ou se deparar com estudantes em dificuldades de cumprir a carga horária da prática profissional e 02 (dois) participantes que relatam ser raro perceberem ou se depararem com esta situação. O fato de dois participantes mencionarem ser comum perceberem ou se depararem com estudantes em dificuldades de cumprir a carga horária estabelecida no PPC para a prática profissional, evidencia a possibilidade de refletir sobre a adoção de estratégias ou ações que minimizem essa percepção.

Esse contexto, de acordo com Silva et al. (2013) e Moraz (2015), mostram que os estudantes do ensino subsequente chegam na instituição com influências externas, que podem dificultar o percurso formativo até a permanência e êxito, prejudicando, inclusive, a realização das atividades propostas pelo curso.

Coincidentemente, os participantes que relataram ser raro perceberem ou se depararem com estudantes em dificuldades de cumprirem a carga horária da prática profissional, são os mesmos que indicaram na quinta questão considerar a prática profissional desenvolvida em seu campus favorável a integração entre teoria e prática. Todavia, um desses participantes indicou na sexta questão, como um dos elementos que influenciam negativamente o currículo do curso por tratar a relação teoria e prática de forma fragmentada. Demonstrando, desse modo, que pode existir uma carência de controle ou desconhecimento sobre o tema.

Por outro lado, os participantes que consideram parcial a integração entre teoria e prática promovida pela prática profissional em seu campus, afirmaram nesta questão que é comum perceberem ou se depararem com estudantes em dificuldades de cumprirem a carga horária da prática profissional. Esses participantes também concordaram na sexta questão, sobre os elementos que influenciam negativamente na articulação entre teoria e prática. Isso pode ser observado quando eles indicaram que as atividades propostas na prática profissional têm se demonstrado insuficientes para integração entre teoria e prática. Ademais, isso pode ser compreendido pela carência de uma metodologia pedagógica que efetive a relação teoria e prática e pela necessidade de meios que contribuam para efetividade dessa relação.

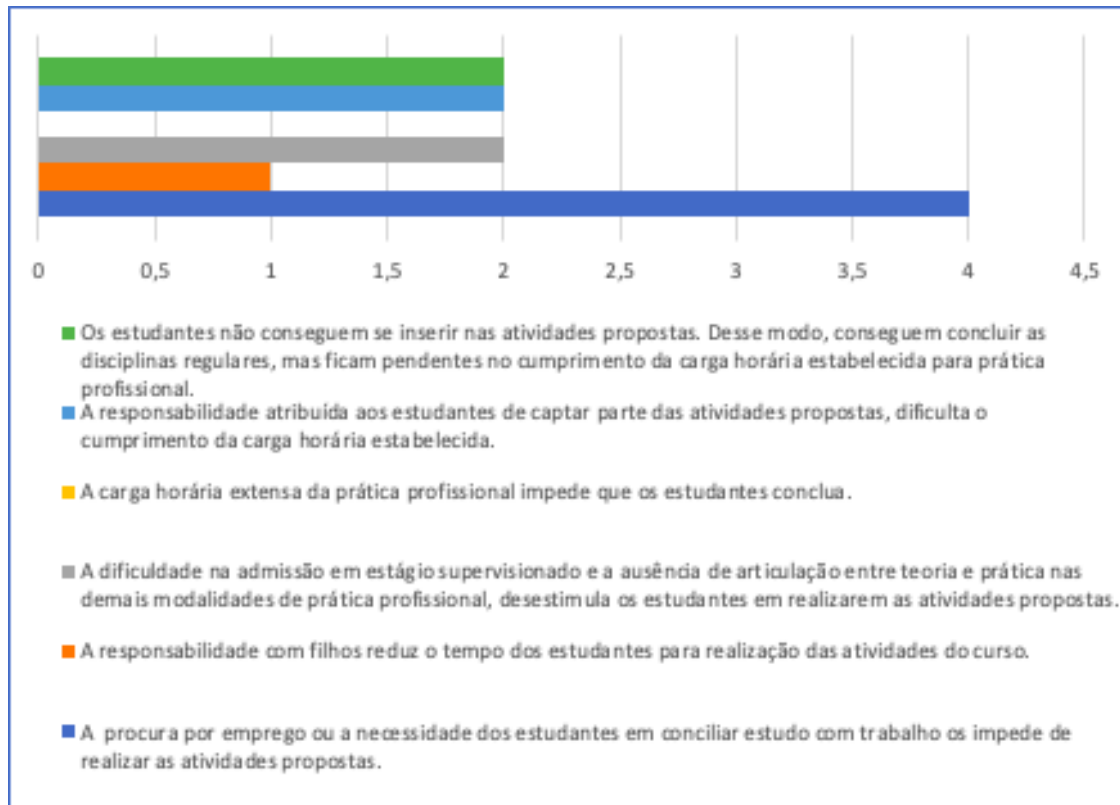
A oitava pergunta, objetivou identificar os elementos que podem influenciar as dificuldades dos estudantes do ensino técnico subsequente em realizar a prática profissional. Novamente, foi disponibilizada aos participantes a seleção de até três alternativas, cujas respostas são apresentadas no Gráfico 4. Por meio dele percebe-se que os participantes foram unânimes ao apontarem como elemento que influencia negativamente a realização da prática profissional, a procura por emprego ou a necessidade dos estudantes em conciliar estudo com trabalho, dificultando, desse modo, o cumprimento das atividades propostas pelo curso. Sendo esse, inclusive, um dos motivos de evasão no ensino subsequente evidenciado nos estudos de Silva et al. (2013), Moraz (2015), Dore e Luscher (2011) e Cruz (2013).

Para Silva et al. (2013), o trabalho que deveria ser meio de emancipação social e instrumento de aprendizado dos estudantes, nessa modalidade, tem impedido a permanência e êxito. Além disso, se observa na resposta de um participante que a responsabilidade de um estudante com filhos reduz o tempo para realização das atividades do curso. Composto, desse modo, a “bagagem” social de dificuldades dos estudantes que ingressam no ensino subsequente, relatada por Silva et al. (2013) e que compromete sua permanência nos cursos.

Nas demais respostas, observa-se na indicação de 02 (dois) participantes que o fato de os estudantes não conseguirem se inserir nas atividades propostas e a responsabilidade de captar parte das atividades, dificulta o cumprimento da carga horária estabelecida. Reafirmando os estudos

de Sacristán (2000) de que o planejamento da prática deve garantir as condições de sua efetivação.

Gráfico 4 – Elementos que Influenciam Negativamente na Execução das Práticas Profissionais.



Fonte: Os Autores.

Outro ponto observado esteve em sintonia com Feitoza (2017), Furtado (2018) e Beneti (2018) quando discutem sobre a forma como é operacionalizada a articulação entre a teoria e a prática na educação profissional, indicando que pode influenciar diretamente na evasão estudantil. Isso foi percebido na seleção de 02 (dois) participantes que estiveram associadas à dificuldade de admissão em estágio supervisionado, juntamente a ausência de articulação entre teoria e prática nas demais modalidades de prática profissional, gerando desestímulo nos estudantes em realizar as atividades propostas.

A nona pergunta teve a intenção de compreender se na percepção dos participantes, durante o planejamento da prática profissional são sempre consideradas as dificuldades dos estudantes em cumprir as atividades propostas. Foi observado que a maioria dos participantes percebem que essas dificuldades são parcialmente consideradas e apenas 01 (um) participante afirmou que são sempre consideradas as dificuldades dos estudantes no

planejamento da prática profissional. Demonstrando uma parcial consonância com Silva et al. (2013), quando informa que o planejamento curricular de cursos técnicos subsequentes deve subsidiar os indicadores de permanência e êxito estudantil, em decorrência das dificuldades naturais enfrentadas pelos estudantes dessa modalidade.

Como Silva et al. (2013) recomenda que o planejamento curricular deve levar em consideração as dificuldades dos estudantes, foi necessário retornar as respostas da oitava pergunta, que tratou dos elementos que podem influenciar nas dificuldades dos estudantes em realizar a prática profissional. Percebe-se que todos os participantes relataram elementos que podem ser ajustados no planejamento curricular, de forma que se torne mais exequível. Especificamente 02 (dois) participantes indicaram que os estudantes enfrentam dificuldades na admissão em estágio supervisionado. Aliado a isso, que a ausência de articulação entre teoria e prática nas demais modalidades de prática profissional, os desestimula a realizarem as atividades propostas. Outro elemento descrito é a responsabilidade atribuída aos estudantes de captar parte das atividades propostas, dificultando o cumprimento da carga horária estabelecida. Outros 02 (dois) participantes indicaram que os estudantes não conseguem se inserirem nas atividades propostas. Eles conseguem concluir as disciplinas regulares, mas ficam retidos no cumprimento da carga horária estabelecida para prática profissional.

Desse modo, na oitava questão evidencia-se que parte das dificuldades dos estudantes podem ser supridas por um planejamento curricular que priorize as práticas profissionais intrínsecas ao currículo, executadas durante a carga horária mínima do curso e que contemple a realização por todos os estudantes alinhadas ao Parecer CNE/CEB 11/2012 e à Resolução CNE/CEB 06/2012. Ao comparar com a nona questão, quando a maior parte dos participantes evidenciou que considera parcialmente as dificuldades dos estudantes durante o planejamento da prática profissional. Esse cenário pode provavelmente sinalizar que o motivo para isso seja a ausência de estratégias diferentes das que são tradicionalmente praticadas.

A ausência de instrumentos que apontem caminhos diferentes para o planejamento do curso pode contribuir para que as dificuldades dos estudantes sejam consideradas parcialmente. Isso pode ser corroborado com as respostas da sexta questão, em que os 03 (três) participantes que afirmaram considerar parcialmente as dificuldades dos estudantes, relataram a ausência de uma metodologia pedagógica que efetive a relação teoria e prática.

Na décima pergunta, tentou-se identificar entre os participantes, se a prática profissional da forma que é desenvolvida no curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, nos respectivos campi, minimiza retenções ao término do curso. Sendo possível perceber que 02 (dois) participantes percebem que muitos estudantes ficam retidos, concluindo o

curso após o período regular. Um participante percebe que poucos estudantes ficam retidos, concluindo o curso após o período regular. Outro participante desconhece qualquer relação da prática profissional com casos de retenção.

As respostas selecionadas pelos participantes evidenciam a relação entre casos de retenção relacionados a forma que é operacionalizada a prática profissional. É importante considerar que, o Parecer CNE/CEB 11/2012 e a Resolução CNE/CEB 06/2012 apresentam como alternativa às práticas profissionais intrínsecas ao currículo, com sua execução na carga horária mínima do curso. Tal aspecto é ratificado por Silva et al. (2013), quando informa que no ensino técnico subsequente os estudantes recorrem a uma formação profissional que garanta uma rápida inserção no mundo do trabalho. Desse modo, a priorização de práticas profissionais intrínsecas ao currículo, poderia viabilizar uma formação com maior fluidez.

A décima primeira pergunta teve o objetivo de obter de forma aberta, sugestões entre os participantes sobre como deveria ocorrer a prática profissional no ensino Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho e sua implementação na matriz curricular do curso. Para as respostas dos coordenadores participantes foram atribuídos os códigos **C₁**, **C₂**, **C₃** e **C₄**, visando identificá-las, representando os 04 (quatro) coordenadores respondentes.

Inicialmente, foi possível identificar na fala de **C₁** que as dificuldades na realização da prática profissional tem sido motivo para evasão estudantil.

Nós entendemos que a não realização das práticas profissionais no curso em questão é um dos principais motivos de evasão escolar que existe (**C₁**).

O participante **C₁** ainda apontou, que a prática profissional tem atuado como impedimento para conclusão do curso.

Isso porque boa parte dos estudantes concluem o elenco de componentes curriculares e não se diplomam em função da não realização de um estágio supervisionado por exemplo (**C₁**).

A resposta de **C₁** apresenta elementos que indicam a prática profissional como fator de permanência e êxito no ensino técnico subsequente, constituindo uma relação com as observações de Feitoza (2017), Furtado (2018) e Beneti (2018), quando informaram que a forma como é operacionalizada a relação entre teoria e a prática na educação profissional, pode influenciar na evasão estudantil.

Nesse contexto, o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014), reforça ao apontar como causa da evasão relacionada a prática profissional, fatores internos à instituição, como por exemplo: dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno; dificuldade na

realização do estágio curricular; excesso de burocracia para realização do estágio curricular; e a dificuldade de realização de aulas práticas. O documento orientador ainda aponta como fator externo ao curso a conjuntura econômica e social, que no caso da prática profissional, pode ser influenciada pela redução dos convênios para realização do estágio supervisionado e visitas técnicas. Nesse cenário, o documento propõe como ação de intervenção, o fortalecimento das atividades práticas no curso. Entretanto, as atividades propostas pelo curso, segundo Silva et al. (2013), devem subsidiar os indicadores de permanência e êxito estudantil, considerando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes dessa modalidade de ensino.

Nas respostas de **C₁**, **C₂** e **C₃** percebe-se a necessidade de um planejamento da prática profissional que efetive a relação entre teoria e prática como ponto comum. Além disso, o Parecer CNE/CEB 11/2012, aponta que a educação profissional requer um planejamento curricular que possibilite ao estudante uma compreensão que envolva todo o processo produtivo. Portanto, tal aspecto pode possibilitar a apropriação do saber tecnológico presente na prática profissional e a importância da cultura do trabalho, estimulando à tomada de decisões profissionais.

No entanto, percebe-se entre os participantes, como condição para o planejamento, uma predominância na necessidade em estabelecer maior interação com as empresas.

[...] seria importantíssimo que o Instituto possuísse um corpo de servidores dedicados a gerir a relação empresa-escola no sentido de "vender" nossos produtos, quais sejam, estudantes aptos a se desenvolverem e desenvolverem as empresas constantes no arranjo produtivo local (**C₁**).

Estabelecer a existência de um comitê de estágio (**C₂**).

Maior interação entre o campus e as empresas (**C₂**).

Fazer parceria com empresas da região, possibilitando a troca de experiência, uma espécie de intercâmbio (**C₃**).

O relacionamento com as empresas é de extrema importância, mas a conjuntura econômica e social é um fator externo ao curso causador da evasão, conforme o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014). Nesse cenário, as ações da instituição para promoção das relações empresariais, pode ser diretamente impactada por um fator externo ao curso.

Como alternativa, **C₃** indicou a implementação de um ambiente de aprendizado prático no campus, com a sugestão de simular situações reais vivenciadas pelos principais ambientes de trabalho e a possibilidade de criação de empresas pedagógicas.

Implementar dentro do próprio campus um ambiente de aprendizado prático, simulando situações reais vivenciados pelos principais ambientes de trabalhos (C₃).

Implantar uma espécie de empresas junior's dentro do campus com várias áreas de conhecimento e que possa ser ofertado serviços de consultoria a determinados segmentos do mercado de trabalho (C₃).

A possibilidade de simulações é prevista no Parecer CNE/CEB 11/2012 e Resolução CNE/CEB 06/2012 e as empresas pedagógicas prevista na Resolução CNE/CEB 06/2012, ambas as sugestões, figuram como possibilidade de prática profissional intrínseca ao currículo. Essa indicação pode contribuir para o atendimento às orientações de Zabala (1998), quando recomendou que as atividades propostas aos estudantes devem exigir a capacidade de analisar, aplicar, sintetizar e avaliar o trabalho realizado; promover a reflexão em grupo; fomentar a tomada de decisão; estimular a verbalização em situações compartilhadas e na resolução de problemas em cooperação com outros estudantes. Possibilitando situações que todos eles participem ativamente.

Nas respostas de C₁ e C₄, foi evidenciado um conflito. Pois, na resposta de C₁ foi relatado a ineficácia da disseminação de estratégias alternativas ao estágio supervisionado, citando a pesquisa, extensão e monitoria.

[...] não eficácia da difusão das oportunidades de práticas alternativas, tais como monitoria, pesquisas, extensão etc. (C₁).

Isso talvez, se deva ao fato de que essas estratégias, como no estágio supervisionado, também não contemplam todos os estudantes, sendo restrita a uma parte deles, selecionada por critérios internos na instituição. Além disso, a ineficácia pode estar relacionada às dificuldades sociais que os estudantes do ensino técnico subsequente enfrentam, conforme informa Silva et al. (2013), fazendo com que tenham dificuldades em realizar as atividades propostas pelo curso em horário diverso ao das aulas.

Entretanto, C₄ sugere em sua resposta, a realização do estágio supervisionado, de projetos e programas de pesquisa, atividades de extensão e monitoria.

O discente poderia começar o estágio depois do primeiro semestre; A Participação em Projetos e Programas de Pesquisa como Prática Profissional Obrigatória; As Atividades de Extensão como Prática Profissional Obrigatória; Monitoria (C₄).

Segundo a Lei 11.788 as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica, para o ensino superior, são equiparadas ao estágio, contudo, os documentos institucionais autorizam a utilização dessas alternativas ao estágio supervisionado, no ensino técnico.

Desse modo, evidencia-se na indicação de C₁ a ineficácia das medidas alternativas ao estágio supervisionado que vem sendo adotadas, enquanto, por outro lado, na resposta de C₄, percebe-se a busca pela ampliação das práticas profissionais para as alternativas apontadas por C₁ como ineficazes. Ficando evidente um movimento que aponta para a necessidade de metodologias que equilibrem essa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma predominância do estágio supervisionado e atividades equiparadas ao mesmo como as atividades de pesquisa, extensão e monitoria, na percepção dos participantes. Todavia, foram encontrados indícios que indicam dificuldades na operacionalização das práticas profissionais previstas no planejamento curricular, podendo, desse modo, ocorrer dificuldades na realização de atividades previstas nos PPC. Considerando que são mínimas as diferenças nas possibilidades de práticas profissionais descritas nos PPC dos campi investigados, verifica-se uma diferença sobre a forma como os participantes percebem a relação entre teoria e prática por meio da prática profissional. Nesse contexto, foi identificado em maioria, que as atividades propostas para prática profissional não têm se demonstrado suficientes para integração entre teoria e prática, bem como a ausência de uma metodologia que efetive essa articulação.

Evidencia-se a necessidade de uma metodologia que torne mais efetiva a relação entre teoria e prática, que segundo Lopes et al. (2015) para isso, deve-se recorrer a estratégias diferentes das tradicionalmente utilizadas. Silva et al. (2013) complementam que no caso do ensino técnico subsequente, é importante considerar as dificuldades sociais que os estudantes dessa modalidade de ensino enfrentam. Ao analisar os elementos que influenciam negativamente as dificuldades dos estudantes em realizar a prática profissional, identifica-se além das dificuldades sociais, elementos que fazem parte do planejamento curricular e que podem ser ajustados no próprio curso. Pode ser citado, como exemplo, o fato de os estudantes não conseguirem se inserirem nas atividades propostas e a responsabilidade atribuída a eles de captarem parte das atividades previstas. Esses elementos que compõem o planejamento curricular do curso, podem ser agravados pelos elementos sociais enfrentados nessa modalidade de ensino, que segundo Silva et al. (2013) pode comprometer a permanência e êxito.

Considerando a indicação da ausência de uma metodologia que efetive a relação entre teoria e prática, aliada a uma predominância na percepção da prática profissional baseada no estágio supervisionado e atividades de pesquisa, monitoria e extensão. Torna-se compreensível que as dificuldades dos estudantes não sejam consideradas em totalidade no planejamento curricular do curso, comprometendo como consequência a permanência e o

êxito estudantil. Isso pode ser exemplificado entre a necessidade de trabalhar e o cumprimento das atividades propostas pelo curso, a tendência do estudante é evadir-se, conforme alertam Silva et al. (2013), Moraz (2015), Dore e Luscher (2011) e Cruz (2013).

Desse modo, considerando que o estudante do ensino técnico subsequente busca uma formação que o insira mais rapidamente no mundo do trabalho, de acordo com Silva et al. (2013). É relevante o emprego de uma metodologia que aponte caminhos diferentes da obrigatoriedade do cumprimento do estágio supervisionado, pesquisa, monitoria ou extensão. Essas ações devem buscar o fomento de uma fluidez ao curso, por considerar as dificuldades sociais dos estudantes, garantindo o controle necessário a instituição para os ajustes das dificuldades ao planejamento curricular. Nesse caso, a prática profissional de forma intrínseca ao currículo, em conformidade com o Parecer CNE/CEB 11/2012 e Resolução CNE/CEB 06/2012, se apresenta como uma relevante opção, a partir de uma metodologia que permita adequar as possibilidades de realização com o perfil profissional do curso definido no CNCT (2016).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) pela autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição. As solicitações de autorização foram protocoladas sob o número do Processo 23734.019009.2019-23 e 23734.003739.2020-46.

REFERÊNCIAS

ANDRADE LIMA, K. L. R; MELO FILHO, I. J. **Investigação sobre a Prática Profissional como Fator do Êxito e Permanência no Curso Técnico de Segurança do Trabalho no IFPE – Campus Abreu e Lima**. In: Anais do X Encontro da Rede Estrado Brasil. Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente. Recife/PE: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2019.

BENETI, Marcelo. **Evasão escolar em curso técnico: problemas e perspectivas de enfrentamento**. 2018. Dissertação. (Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais) - Programa de Pós-Graduação, UNICID, São Paulo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 02 mai..2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06, 20 de setembro de 2012.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 mai.2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3ª edição, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 mai..2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 02 mai..2020.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 02 mai..2020.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CRUZ, Anderson Paulo da. **Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes:** uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas. 2013. Dissertação. (Mestrado Profissional em Administração) - Programa de Pós-Graduação, FPL, Pedro Leopoldo, 2013.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte, 2011, vol.41, n.144, pp.770-789.

ESCOBAR, Fabíola Lima. **Relação teoria e prática no curso técnico em enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária (IFNMG)**. 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação, CEFET, Minas Gerais, 2016.

FEITOZA, Andreza Santos. **Fatores de evasão na educação profissional tecnológica: um estudo baseado no olhar do evadido**. 2017. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) - Programa de Pós-Graduação, CPS, São Paulo, 2017.

FURTADO, Luciane Thomazini. **Ingressantes e não concluintes na educação profissional: fatores e consequências**. 2018. Dissertação. (Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Programa de Pós-Graduação, UNIARA, Araraquara, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Alice Cassemiro. Discursos nas Políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MORAZ, Caterine Pereira. **A Formação Profissional: trajetórias e expectativas dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Víctor Varela F. M. **Ensino médio: histórias, mobilizações, perspectivas**. Org: SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Natal: IFRN Editora, 2013, p. 235-254.

RITTER, Marilene. **A relação teoria e prática na percepção de professores e estudantes no curso de eletromecânica do IFSC – campus Araranguá**. 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESC, Santa Catarina, 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, A. P. R. dos. **A constituição dos currículos dos cursos técnicos em comércio e segurança do trabalho no núcleo avançado do IFBA em Juazeiro.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Territórios Semiáridos, UNEB, Bahia, 2017.

SILVA, et al. Dualidade estrutural no ensino técnico profissionalizante em Brasília (IFB): uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos. **Revista EIXO**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 2-16, jan./jun. 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 01/06/2020

Aceito em: 20/06/2020

Endereço para correspondência:

Nome: **Koenigsberg Lee Ribeiro de Andrade Lima**

Email: koenigsberglee@abreuelima.ifpe.edu.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)